



Conselheiros federais e regionais de Farmácia lotaram o auditório do CFF para debater os temas agendados.

Conselhos discutem assistência farmacêutica, fracionamento, fiscalização e educação

Durante três dias, diretores de Conselhos de Farmácia reuniram-se, em Brasília, para debater temas importantes da agenda profissional

O Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, interpreta o momento em que se realizou o evento: "É um instante de crescimento e busca da profissão".

A assistência farmacêutica – entenda-se os serviços prestados pelo profissional farmacêutico e não apenas a distribuição de medicamentos – foi um dos temas que movimentaram a **52ª Reunião Geral dos Conselhos Federal e Regionais de Farmácia**, realizada no auditório do CFF, em Brasília, de 29 a 31 de março de 2006. O evento trouxe à Capital da República conselheiros e autoridades sanitárias de todo o País.

Com o auditório lotado, a Reunião iniciou-se com uma palestra

do farmacêutico Dirceu Barbano, Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF), do Ministério da Saúde, sobre as propostas daquele órgão para a assistência farmacêutica na atenção básica.

Barbano adiantou que o Governo vai ampliar a margem de recursos para o financiamento da assistência farmacêutica pública (*Nota da redação: dias depois, era publicada a Portaria 698/06, dispondo sobre o custeio da assistência farmacêutica*). Segundo o Diretor do DAF, é imprescindível que o farmacêutico

esteja presente, nos Municípios, para atuar em todo o ciclo da assistência.

FRACIONAMENTO – Outra autoridade sanitária que participou da Reunião Geral foi o Diretor-Presidente da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), Dirceu Raposo de Mello. Foi falar sobre fracionamento de medicamentos. O Diretor informou que esta é uma área que movimenta os mais dife-



Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF), do Ministério da Saúde, Dirceu Barbano

rentes interesses – os da sociedade, dos farmacêuticos, da indústria, das farmácias privadas, dos pacientes e da Anvisa.

Por isso, o fracionamento ainda não atingiu o seu ápice. “É preciso harmonizar todos esses interesses”, explicou Dirceu Raposo. Reconheceu que o assunto gera muita polêmica, mas que isso é um sinal de que todos esses segmentos em embate estão participando do processo de construção da política de fracionamento.



Dirceu Raposo, Diretor-Presidente da Anvisa: “Fracionamento movimenta diferentes interesses”

Dirceu Raposo alertou para o fato de que o fracionamento não pode reduzir o direito do paciente ao acesso a informações sobre os medicamentos. Conclamou os farmacêuticos a não permitirem que isso aconteça. “Não podemos, tam-

bém, abrir mão da rastreabilidade dos produtos, nem da atenção farmacêutica”, pediu.

O mercantilismo que se alastrou sobre as farmácias e drogarias privadas foi, também, tratado pelo Presidente da Anvisa. “A Anvisa não fez tudo o que gostaria para combater o mercantilismo nas farmácias”, disse ele, que pediu ao Conselho Federal de Farmácia para apertar o cerco contra os farmacêuticos eticamente faltosos – os que não estão presentes às farmácias onde trabalham.

O dirigente da Agência revelou que, a Anvisa irá promover um debate para discutir a questão da venda de produtos não farmacêuticos nos estabelecimentos. Alguns conselheiros presentes à Reunião Geral reclamaram que alguns Estados e Municípios estão editan-

Uma interpretação do momento farmacêutico



Jaldo de Souza Santos

O Presidente do Conselho Federal de Farmácia, Jaldo de Souza Santos, interpreta este momento de realização da **52ª Reunião Geral** como “de crescimento e busca” da profissão. Explica que a Farmácia vem apresentado, em todo o mundo, um quadro de evolução, que vai se intensificar, daqui para frente, devido à expansão da assistência farmacêutica, com destaque para a atenção farmacêutica.

Mas Souza Santos fez um alerta: “Para acompanhar este crescimento e para estar inserido nesse processo, o profissional terá que crescer em conhecimento, em qualificação”. De acordo com o dirigente do CFF, fora do conhecimento, o farmacêutico ficará fora desse contexto.

Salienta que o conhecimento, hoje, não está restrito ao saber técnico-científico restrito à área farmacêutica, mas a um arco maior de informações em outras áreas, como o a Antropologia, a Sociologia e a comunicação com o paciente, com o objetivo de se entender o homem, não apenas como um paciente, mas como o ser complexo que é. Segundo o Presidente do Conselho Federal, o farmacêutico com múltiplas habilidades terá uma compreensão mais complexa do homem e do que está ao seu redor e, assim, prestará melhores serviços à sociedade.

As Diretrizes Curriculares, adotadas, há quatro anos, preconizam o múltiplo conhecimento pelo farmacêutico, além de conhecimentos em todas as áreas da Farmácia. É o que se denomina de “farmacêutico generalista”. Souza Santos explica que este é um momento especial para a profissão, em que farmacêuticos, professores, coordenadores de curso, organizações, o Governo – através do Ministério da Educação -, e o Conselho Federal de Farmácia (o provocador e estimulador do processo que levou às mudanças na educação farmacêutica das quais nasceram as Diretrizes) manifestaram o seu desejo de mudança, apontaram o rumo das mesmas e patentearam as mudanças.

Souza Santos disse, ainda, que esta Reunião Geral acontece quando o CFF sofre o seu maior processo de crescimento. “O Conselho ficou para trás, durante muito tempo, por não discutir a indústria, as farmácias privadas e a saúde pública, com o objetivo de entender o seu universo, as suas necessidades, os seus caminhos, e de não querer abrir um canal de comunicação com os mesmos”, revelou, acrescentando que, atualmente, o órgão tem um diálogo permanente com esses setores e tem buscado parceria com eles, visando ao crescimento da profissão.

do leis contrárias às leis federais, autorizando farmácias a venderem produtos fora do contexto legal.

Os conselheiros reclamaram, ainda, da proibição pela Anvisa da utilização de equipamentos de uso

ambulatorial, como aparelhos de pressão, dentro das farmácias, pelos farmacêuticos. Dirceu Raposo ponderou que os farmacêuticos poderiam atuar nesse campo, sim, mas abriu um pressuposto: o de que seja resolvido o caráter sanitário das farmácias.

FISCALIZAÇÃO - A Comissão de Fiscalização (COFISC) do CFF apelou aos presidentes dos Regionais, durante a Reunião Geral, que se empenhem na fiscalização. Os integrantes da Comissão declararam que está faltando mais comprometimento das CRFs com a fiscalização, apesar de

todo o avanço verificado no setor, fato que pode ser observado pela comparação entre os dados de 2005 e os dos anos anteriores.

A COFISC é composta pelos farmacêuticos Ronaldo Costa (PI), Carlos Roberto Merlin (SC), Maria Cristina Ferreira Rodrigues (RJ) e Valmir de Santi (PR). "Em 2006, a Comissão irá cobrar mais ainda dos Conselhos Regionais a implementação de mudanças para otimizar a atividade fiscalizadora", revela Valmir de Santi, que complementa: "O CFF quer inibir a ilegalidade, punir as irregularidades e garantir o acesso da população à assistência farmacêutica de qualidade".

Segundo Maria Cristina Ferreira Rodrigues, alguns Conselhos Regionais reclamam da dificuldade de fiscalizar, devido a problemas de

transporte. "É verdade. Na Região Norte, por exemplo, existem lugares de acesso tão difícil, que o fiscal precisa ir de barco, ou de avião", conta. Além disso, alguns

Regionais ainda acabam mantendo seus fiscais, nas capitais, fazendo com que a inspeção, no interior do Estado, fique mais dispendiosa e esporádica.

A fiscalização baseia-se na Lei 5.991/73, que estabelece a obrigatoriedade da presença do farmacêutico responsável-técnico no estabelecimento farmacêutico, durante todo o seu horário de funcionamento. "Não se pode relaxar na fiscalização, porque a assistência farmacêutica está relacionada à segurança da sociedade no que diz respeito ao uso do medicamento", salientou Ronaldo Costa, Conselheiro Regional pelo Piauí. Os dados da Comissão de Fiscalização revelam que, do total de 192.998 inspeções feitas, em 2005, 16.847 resultaram em autos de infração lavrados por ausência do farmacêutico.

Mas a evolução dos dados apresentados pela COFISC, que compara os números de 2000 a 2005, atesta que a falta ética provocada pela ausência do farmacêutico no estabelecimento, em decorrência do número insuficiente de profissionais no mercado, está mudando. O número de farmacêuticos, no Brasil, cresceu muito e já chega a 100 mil.

Esse aumento no número de profissionais, explica Carlos Roberto Merlin, acaba promovendo mudanças na cultura farmacêutica, entendendo-se que, cada vez mais, os farmacêuticos querem fazer um bom trabalho dentro das farmácias, para conquistar espaço no mercado.

Uma proposta para ajudar a resolver problemas no setor é contratação de mais fiscais. Outra é a regionalização da sede do setor de fiscalização nos Estados de grande extensão territorial. Essa medida foi vista como uma alternativa para diminuir os custos e dar agilidade às inspeções. O CFF está orientando os Conselhos Regionais a

criarem pólos de fiscalização no interior dos Estados, com fiscais residindo no local.

EDUCAÇÃO FARMACÊUTICA - Conselhos Regionais de Farmácia reclamaram da dificuldade de fazer a inscrição dos farmacêuticos recém-formados, depois de instituídas as Diretrizes Curriculares. Antes, os diplomas e os históricos escolares especificavam a área de formação: se modalidade farmacêutico (voltada à dispensação, manipulação, controle de qualidade etc.), ou modalidade (habilitações) bioquímico (com opções em bioquímica analista clínico e bioquímico de alimentos).

Atualmente, depois da instituição das Diretrizes Curriculares e com o advento da formação generalista, o histórico informa que o farmacêutico está habilitado para atuar em todas aquelas áreas. Por isso, diz que ele formou-se **farmacêutico**.

Diante da polêmica e de tanto questionamento, diretores dos CRFs propuseram que o Conselho Federal, através de sua Comissão de Ensino, realize um fórum reunindo representantes de Conselhos Regionais, para discutir o problema e encontrar uma solução para a inscrição dos novos profissionais. "Iremos levar a proposta à direção do CFF e definir uma data", adiantou a Presidente da Comissão de Ensino, Magali Demoner Bermond.

Pelos jornalistas Aloísio Brandão (editor) e Priscila Rangel (repórter).



Ronaldo Costa



Carlos Roberto Merlin



Maria Cristina Ferreira



Valmir de Santi



Magali Demoner Bermond,
Presidente da Comensino/CFF